

CAROLINA COSTA DE AGUIAR

Mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):  
análise do acesso ao programa a partir de uma perspectiva de gênero e da percepção de  
agricultoras familiares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências. Versão original.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito

Orientadora: Profa. Dra. Flavia Trentini

Ribeirão Preto

2016

## RESUMO

AGUIAR, C. C. **Mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): análise do acesso ao programa a partir de uma perspectiva de gênero e da percepção de agricultoras familiares.** 2016. 189p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

O objetivo do trabalho é analisar o acesso das mulheres ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), partindo de uma perspectiva de gênero e da percepção de agricultoras familiares. Para isso, foram utilizados como fontes de dados a pesquisa bibliográfica, documentos e outros dados secundários, além de dados primários levantados diretamente pela pesquisadora por meio de entrevistas realizadas com agricultoras familiares de Coração de Jesus, em Minas Gerais. O desenvolvimento do trabalho utiliza como principais marcos teóricos a discussão sobre a categoria agricultura familiar e sua relação com a categoria camponato, e discussões sobre direito e gênero. Além disso, utiliza a teoria crítica feminista do direito como marco teórico-metodológico. Os objetivos específicos do trabalho voltaram-se para: a) a compreensão das demandas políticas da agricultura familiar brasileira e consequente criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e suas modificações; b) o debate do papel das mulheres no meio rural e na agricultura familiar e sua condição de sujeito de direito e de políticas públicas; c) a análise da percepção das agricultoras familiares sobre o Pronaf e o acesso das mulheres a esse programa. Os resultados encontrados mostraram que, além das mulheres ainda terem acesso ao Pronaf em números muito inferiores que o dos homens – em número de contratos e, principalmente, em valor concedido –, muitas vezes elas são beneficiárias passivas do Programa, pois contratam o crédito em seu nome, mas são homens da unidade familiar que têm o poder de decisão e de direção sobre as atividades. Isso decorre, sobretudo, da divisão sexual do trabalho, fruto das relações de gênero que permeiam a agricultura familiar e invisibilizam o trabalho das mulheres.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Política agrícola. Pronaf. Gênero. Mulheres.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar o acesso das mulheres ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), partindo de uma perspectiva de gênero e também da percepção de agricultoras familiares entrevistadas na região de Coração de Jesus, no Estado de Minas Gerais.

A importância de se estudar a agricultura familiar está vinculada ao seu caráter estratégico para um desenvolvimento rural mais equitativo, pois ela tem um importante papel na luta pela erradicação da fome e da pobreza, na segurança alimentar das famílias agricultoras, e do país de modo geral, e na gestão dos recursos naturais.

Por isso, a problemática da agricultura e do mundo rural está situada na convergência de problemas centrais que interessam a toda a sociedade e cuja resolução passa pelo reconhecimento dos sujeitos de direito que vivem no campo e pelo seu acesso assegurado aos bens e serviços necessários à vida (WANDERLEY, 2011, p. 131).

No Brasil, há mais de 13 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (IBGE, 2006) e seu fortalecimento depende substancialmente dos recursos a ela destinados, concedidos em forma de crédito rural ou investidos em assistência técnica, infraestrutura, facilitação da comercialização de produtos, programas de proteção social, educação e outros serviços básicos de cidadania.

Há duas décadas o Pronaf vem se consolidando como peça fundamental da política agrícola brasileira e principal ação pública voltada à agricultura familiar. Diante de muitas controvérsias acerca da expressão institucionalizada para definir o público beneficiário, o Programa foi instituído após anos de luta de movimentos sociais ligados às trabalhadoras e trabalhadores rurais, que historicamente sempre foram deixados à margem da política agrícola.

Dessa forma, surgiu com os propósitos de aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda para a agricultura familiar, além do objetivo de corrigir o viés da concessão do crédito que favorecia a produção de maior porte. Criando, então, novas perspectivas de acesso de agricultoras e agricultores familiares ao crédito e às políticas públicas de modo geral, uma vez que constitui o centro de um arranjo institucional de diversos outros programas essenciais para seu funcionamento, como programas de assistência técnica e extensão rural, compras públicas, seguro rural, dentre outros.

Durante a evolução do Programa, muitas alterações foram sendo realizadas para tentar abarcar a heterogeneidade que compõe a agricultura familiar. Foram criadas novas faixas de renda, com condições de empréstimo diferenciadas, e novas linhas para buscar atender a grupos diversos e necessidades específicas, além da tentativa de incentivar práticas sustentáveis. Além do financiamento ter se estendido também a atividades que não são estritamente agrícolas, mas realizadas no âmbito da agricultura familiar. Não obstante todas as alterações e aumento da complexidade institucional do Pronaf, ainda hoje as mulheres não se encontram efetivamente incluídas nessa política pública, mesmo depois de mais de dez anos da criação de uma linha específica para elas.

O homem é socialmente percebido como o modelo de ser humano, logo, as instituições respondem principalmente as necessidades e interesses masculinos e, no limite, as necessidades ou interesses que os homens creem que as mulheres têm. Assim como são os estudos, análises, pesquisas, narrações e propostas que tem como único foco a perspectiva masculina. Embora o façam a partir de uma suposta universalidade, objetividade, imparcialidade e neutralidade de gênero (FACIO; FRIES, 2005, p. 274), como se se tratasse de uma “não perspectiva” (FACIO, 2009, p. 189).

De modo contrário, o presente trabalho tem uma explícita perspectiva de gênero para analisar o acesso das mulheres ao Pronaf: utiliza marcos teóricos feministas, analisa a percepção das próprias mulheres e foi escrito por uma mulher – ainda que de um lugar de fala acadêmico, e não daquele estudado pelo trabalho. Busca entender parte dos fatores que estão por trás das desigualdades às quais as mulheres são submetidas em relação aos homens, bem como discute a relevância das mulheres para o meio rural e a agricultura familiar. Pois não podemos falar em desenvolvimento sem questionar a necessidade de superar as desigualdades de gênero, o que passa pela necessidade de uma transformação no acesso aos bens – como o crédito – e ao poder (DEERE; LEÓN, 2002, p. 52), por meio do reconhecimento das mulheres como sujeito de direito e sujeito de políticas públicas.

Assim, o trabalho busca responder ao problema de pesquisa: a partir de uma perspectiva de gênero, e considerando a percepção de agricultoras familiares, como ocorre o acesso das mulheres ao Pronaf?

E tem como hipótese geral que o acesso das mulheres agricultoras familiares ao Pronaf é dificultado pelas relações de gênero dentro da unidade familiar, marcada pela divisão sexual do trabalho, assim como pela atuação das instituições relacionadas à operacionalização do Programa.

Os objetivos específicos do trabalho são: i) compreender as demandas políticas da agricultura familiar brasileira e a consequente criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e suas modificações; ii) debater o papel das mulheres no meio rural e na agricultura familiar e sua condição de sujeito de direito e de políticas públicas; iii) investigar a percepção das agricultoras familiares sobre o Pronaf e o acesso das mulheres a esse programa.

Trata-se de uma pesquisa sociojurídica, que, na concepção de Miracy Gustin e Maria Tereza Dias (2013, p. 22), é uma vertente de pesquisa jurídica que se propõe a compreender o fenômeno jurídico no ambiente social mais amplo, analisando o direito como variável dependente da sociedade. E que se preocupa com a facticidade do direito e com as relações contraditórias que o próprio direito estabelece com os demais campos: sociocultural, político e antropológico.

O desenvolvimento do trabalho utiliza como principais marcos teóricos a discussão sobre a categoria agricultura familiar e sua relação com a categoria campesinato, e discussões sobre direito e gênero. Além disso, utiliza a teoria crítica feminista do direito como marco teórico-metodológico, que perpassa o trabalho e é utilizado para a interpretação dos dados obtidos.

Utilizamos como fontes de dados a pesquisa bibliográfica, documentos e outros dados secundários – sobretudo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco Central do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de dados primários levantados diretamente pela pesquisadora por meio de entrevistas. E apontamos que a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas em Coração de Jesus/MG não pode ser generalizada para toda a agricultura familiar brasileira, pois esta é marcada com acentuada diversidade inter e intrarregionais e, portanto, por diferentes contextos.

Ressaltamos, ainda, que o trabalho tenta utilizar uma linguagem inclusiva, a qual nem sempre segue estritamente a norma culta gramatical, pois tem a intenção de dar maior visibilidade ao sujeito feminino. Ainda assim, não se tem a pretensão de achar que o trabalho atingiu a perfeição no seu intuito de inclusão, mas os esforços foram no sentido de fazer o melhor possível, tendo em vista que alterar completamente a linguagem à qual fomos socializadas é uma tarefa árdua.

A realização da pesquisa contou com o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão, buscando atender aos objetivos específicos expostos: o primeiro capítulo que se segue realiza uma breve caracterização histórica da política agrícola brasileira,

passando pelas demandas da produção familiar que culminaram na criação do Pronaf, abordando, ainda, as controvérsias conceituais sobre a expressão utilizada – agricultura familiar – e, então, traça um panorama sobre o próprio Pronaf. O capítulo 3 traz discussões sobre gênero, direito e políticas públicas, discutindo também as implicações das relações de gênero na agricultura familiar e, conseqüentemente, no acesso da mulher ao Pronaf. O capítulo 4 apresenta a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas com agricultoras familiares, discutindo categorias relacionadas aos capítulos anteriores.

## CONCLUSÕES

O objetivo do trabalho foi analisar a participação das mulheres na agricultura familiar, as formas como o Pronaf se dirige a elas e seu efetivo acesso ao Programa, a partir de uma perspectiva de gênero e também da percepção das agricultoras entrevistadas.

O capítulo de discussão sobre o Pronaf e a categoria agricultura familiar permitiu compreender que esse Programa não nasceu simplesmente da vontade do Estado, mas sim de décadas de mobilização dos movimentos sociais rurais pela inclusão da pequena produção familiar na política agrícola brasileira.

Desse modo, apesar das críticas à categoria agricultura familiar, que foi institucionalizada pelo Programa de forma a congregar uma enorme diversidade de perfis da agricultura familiar, o Pronaf constitui a principal política voltada a mais de 13 milhões de agricultoras e agricultores para permitir a manutenção de suas atividades.

A agricultura familiar é relevante para o desenvolvimento do país, seja pela expressividade do número de pessoas ocupadas na atividade, pela importância estratégica para a segurança alimentar e combate à pobreza rural, pelo refreamento do exôdo rural e por diversos outros fatores.

O Programa ainda apresenta inúmeros problemas, como a concentração dos recursos em regiões onde a agricultura familiar é mais capitalizada e integrada aos mercados. Porém não se pode negar que cumpre um importante papel de garantir a segurança alimentar de áreas onde a agricultura familiar é marcada preponderantemente pela subsistência, como é o caso da região onde realizamos entrevistas com as mulheres.

Outra grande limitação do Pronaf, que foi nosso principal foco de análise, é a ineficiente inclusão das mulheres agricultoras familiares, cujas necessidades específicas não foram diretamente incorporadas pela criação do Programa na década de 1990.

Formalmente, as regras do Pronaf não impedem o acesso das mulheres, pelo contrário, até mesmo buscam incentivá-lo, sobretudo com a criação da linha Pronaf Mulher. Contudo, a política pública reproduz o discurso social do direito, marcado pela não neutralidade de gênero e pela reprodução do gênero.

Desse modo, o acesso das mulheres ao crédito é influenciado por fatores que vão além da estrutura normativa do Programa, como as questões políticas e culturais e as práticas das instituições que o operacionalizam. Bem como pelas próprias relações de gênero presentes na unidade familiar, que é ainda um espaço privilegiado de reprodução do patriarcado.

As relações de gênero nas sociedades patriarcais são compostas por hierarquias de poder que colocam as mulheres em uma posição subordinada aos homens. Isso se reflete na divisão sexual do trabalho, que estabelece que o lugar das mulheres é o espaço doméstico, voltado à reprodução, enquanto aos homens cabem os trabalhos produtivos e o acesso ao espaço público como – único – representante da família.

Essa divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar, faz com que o trabalho produtivo realizado pelas mulheres – que muitas vezes é o mesmo que dos homens – seja invisibilizado e considerado mera “ajuda” ao chefe da família.

A invisibilidade das agricultoras familiares é gerada também quando as políticas públicas têm como perspectiva de atuação o olhar da família como um bloco unitário, acreditando que ao beneficiar um dos membros todos os demais serão igualmente beneficiados. Entretanto, a dinâmica familiar faz com que esse benefício não ocorra da mesma forma. A família é composta por sujeitos diversos, que também possuem interesses e necessidades diversas, de acordo com seu gênero ou idade, por exemplo.

Além disso, é problemático considerar que os únicos benefícios de um programa voltado à agricultura familiar sejam econômicos e possam ser mensurados considerando-se a família como um todo. Dizer que uma mulher é sujeito de direito e beneficiá-la por meio da política é ressignificar todo o discurso sobre esse sujeito, com implicações na autonomia de que ela dispõe ou passa a dispor nas relações familiares e na sociedade.

Por isso, analisar a complexidade das relações de gênero e incluir a transversalidade de gênero em políticas públicas como o Pronaf envolve a compreensão de que as desigualdades entre os gêneros são social e historicamente construídas, e que nem sempre estão explícitas. Isso faz com que sejam necessárias estratégias diversificadas para alavancar mudanças.

A mera criação de uma linha específica para as mulheres, como o Pronaf Mulher, mostrou-se ineficiente a partir das entrevistas que realizamos. Nenhuma das mulheres, nem os agentes de instituições que operacionalizam o crédito, sabiam da existência dessa linha. Ademais, como demonstrou a percepção das agricultoras, muitas vezes o acesso delas ao Pronaf de modo geral é apenas formal, uma vez que realizado de acordo com decisões dos homens e mesmo para benefício direto destes.

Outra questão é a necessidade de avaliação do Pronaf sob uma perspectiva de gênero. Embora haja algumas coletâneas publicadas oficialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário que tocam em questões importantes sobre a participação das mulheres a política voltada à agricultura familiar, são escassos os dados desagregados por gênero para avaliação do Pronaf, que permita claramente visibilizar as diferenças no acesso entre mulheres e

homens e pensar mecanismos para sua superação.

O trabalho confirmou parcialmente sua hipótese de que o acesso das mulheres agricultoras familiares ao Pronaf é dificultado pelas relações de gênero dentro da unidade familiar, marcada pela divisão sexual do trabalho. Pois não conseguiu identificar a influência das ações de instituições que operacionalizam o crédito. Além disso, não foi possível analisar questões interseccionais que se relacionam com as desigualdades de gênero.

De tal modo, deixamos algumas sugestões para trabalhos futuros o estudo do acesso das mulheres ao Pronaf e ao Pronaf Mulher. A primeira delas é pensar diferentes estratégias metodológicas que permitam analisar a atuação das instituições.

Outra sugestão é a análise do acesso ao Pronaf por mulheres do Programa de Reforma Agrária e também por mulheres de outras regiões com características diferentes da região onde realizamos entrevistas, para que se verifique se as condições de acesso a essa linha – sobretudo a questão da informação – são influenciadas pela participação das mulheres em movimentos sociais, como o MST, e pela participação em cooperativas ou maior integração ao mercado.

Por fim, sugerimos a construção de estratégias para analisar questões interseccionais que afetam o acesso das mulheres ao Programa, o que demanda grande esforço para coleta de dados – sobretudo porque não são disponibilizados pelas instituições que operacionalizam o Pronaf – e análise, dada a complexidade da perspectiva interseccional.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v.22, n.1, p.53-66, jan./abr. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Texto para discussão n. 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília: IPEA, abril de 1999.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Luciana F.; ZYLBERSZTAJN, Décio. Crédito agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. Internext: **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v.3, n.2, p. 267-287, ago./dez. 2008. Disponível em: <<http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Credito-Agricola-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

ALVAREZ, Sonia E. Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas políticas públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25.

AQUINO, Joacir R.; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-81.

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA Marta Aurélia Dantas de. Magnitude e Condições de Reprodução Econômica dos Agricultores Familiares Pobres no Semiárido Brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **RESR**, Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. S167-S188, 2014.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. (Des)Caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: **CONFERÊNCIA**

**NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE**, 1., 2010, Natal. 21 p.

BANCO DO BRASIL. O atendimento à agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, ano 13, n. 4, p. 26-35, out./nov./dez., 2004.

BANDEIRA, Lourdes. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL; Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM: Brasília, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 2. A experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Texto para discussão n. 2028. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BIRGIN, Haydée. Identidad, diferencia y discurso feminista: universalismo frente a particularismo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000b. p. 107-120.

\_\_\_\_\_. Introducción. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000a. p. 9-17.

BITTENCOURT; Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BNB. Banco do Nordeste. **Agroamigo**. 2016. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 246-270.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos básicos do direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; PINTO, José Marcelino de Rezende; SEVERI, Fabiana Cristina. Atividades de lazer e relações sociais de gênero em assentamentos de reforma agrária. In: SEVERI, Fabiana Cristina; ANDRADE JÚNIOR, José Roberto Porto; SILVA, Ana Paula Soares da (Org.). **O agrário e o ambiental no século XXI**: estudos e reflexões sobre a reforma agrária. Curitiba: CRV, 2013. p. 121-135.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005a.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Manual de Crédito Rural (MCR)**. 2015b. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em 23 maio 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural**. 2016h. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/credrural/sicor/matrizinformacoes/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução BACEN n. 2.101**, de 24 de agosto de 1994. Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Safra de verão 94-95. Disponível em: <[www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução n. 2.191**, de 24 de agosto de 1995. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res\\_2191\\_v3\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 1946**, de 28 de junho de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 59.566**, de 14 de novembro de 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D59566.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 8.786**, de 14 de junho de 2016. 2016a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8786.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8786.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 84.685**, de 6 de maio de 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D84685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D84685.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Novo Crédito de Instalação** 2016g. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/novo\\_credito\\_instalacao](http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.110**, de 25 de abril de 2005. 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.897**, de 18 de dezembro de 2013. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.171**, de 17 de janeiro de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8629**, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)>. Acesso em 10 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017**. 2016d. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**. Brasília: DPMR/MDA, 2015a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017**. 2016c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n. 21**, de 27 de março de 2014. 2014. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/PORTARIA\\_MDA\\_21\\_DAP\\_-\\_ALTERADA\\_33\\_-\\_22.05.2014.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MDA_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Nacional de Informações MDA/Incrá**. 2016b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **SAF: programas** 2016e. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/programas>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Brasil Sem Miséria**. 2016f. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-226, jan./abr, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. O tripé da política agrícola brasileira: Crédito rural, seguro e Pronaf. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014. p. 827-864.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

\_\_\_\_\_. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. **Fórum Administrativo**, v. 9, p. 20-32, 2009.

\_\_\_\_\_. **O conceito de política pública em direito**. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-50.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea et al. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

BUTTO, Andrea. Mulheres na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. CONDRAF/MDA, 2010. p. 214-231.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, Luiz F. C.; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Org.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2008. p. 255-269.

\_\_\_\_\_. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, jan./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade na agricultura familiar: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 165-185.

\_\_\_\_\_. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Natureza**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CASTRO, César N.; RESENDE, Guilherme M.; PIRES, Murilo J. S. Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). In: RESENDE, Guilherme Mendes (Org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 253-303.

CASTRO, Jorge A.; OLIVEIRA, Márcio G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 20-48.

CINTRÃO, Rosângela; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-229.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 3, p. 23-37, dez. 2009. Disponível em <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/091220\\_boletimregional3\\_cap3.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional3_cap3.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2016.

COSTA, Marta C.; LOPES, Marta J. M.; SOARES, Joannie S. F. Agendas públicas de saúde no enfrentamento da violência contra mulheres rurais – análise do nível local no Rio Grande do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 20, v. 5, p. 1379-1387, 2015.

CUNHA, Aécio S. **Um seguro agrícola “eficiente”**. Brasília: Departamento de Economia da Universidade de Brasília, 2002.

DE CONTI, Bruno M. ; ROITMAN, Fábio B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no Programa. **Revista do BNDES**, v. 1, p. 131-168, 2011. Disponível em <[http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf](http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2015.

DEERE, Carmen Diana. Gênero, reforma agrária e contra-reforma na América Latina. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 87-102.

\_\_\_\_\_; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 19-50.

FACIO, Alda. A partir do feminismo vê-se outro direito. **Outras Vozes**, Maputo, n. 15, p. 1-6, maio 2006.

\_\_\_\_\_. Hacia outra teoria crítica del Derecho. In: HERRERA, Gioconda. **Las fisuras del patriarcado: reflexiones sobre Feminismo y Derecho**. Quito: FLACSO, 2000. p. 15-44.

\_\_\_\_\_. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro; SALGADO, Judith; VALLADARES, Lola (Org.). **El género en el derecho: ensayos críticos**. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2009. p. 181-224.

\_\_\_\_\_; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. **Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, Buenos Aires, ano 3, n. 6, p. 259-294, 2005. Disponível em <[http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev\\_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf](http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2015.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture: women in agriculture: closing the gap for development**. Roma: FAO, 2011.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO: INCRA, 1994.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO: INCRA, 1996.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 127-142.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, Alberto et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. p. 11-28.

FAVARETO, Arilson da Silva; BITTENCOURT, Gerson Luis. Agricultura e sindicalismo nos anos 90: notas para um balanço. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 367-392.

FERNANDES, Sirlei A. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 34, p. 157-175, 2013.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, ago. 2004.

FRIES, Lorena; LACRAMPETTE, Nicole. Feminismos, género y derecho. In: LACRAMPETTE, Nicole (Org.). **Derechos humanos y mujeres: teoría y práctica**. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Derecho, Centro de Derechos Humanos, 2014. p. 33-68.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto (SP), **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.83-109, jan./abr. e maio/ago. 2010.

\_\_\_\_\_; SCHNEIDER, Sergio. Brasil: dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric; SAMPER, Mario; SOTOMAYOR, Octavio (Coords.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: Balance, desafíos y perspectivas**. Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) – ONU, 2014. p. 75-101.

\_\_\_\_\_; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **RESR**, Piracicaba, v. 52, n. 02, p. 323-346, abr./jun. 2014.

GUANZIROLLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, abr./jun. 2007.

GUANZIROLLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000. p. 63-86.

HELFAND, Steven M.; MOREIRA, Ajax R. B.; BRESNYAN JUNIOR, Edward W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 279-311.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p 1-28, jan./jun. 2006.

HESPANHA, António Manuel. Categorias: uma reflexão sobre a prática de classificar. **Análise Social**, v. 38, p. 823-840, 2003.

\_\_\_\_\_. El estatuto jurídico de la mujer en el derecho común clásico, **Revista jurídica Universidad Autónoma de Madrid**, Madri, n. 4, p. 71-87, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.uam.es/handle/10486/2995>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticasde desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11964/8247>>. Acesso em: 25 maio 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estimativas populacionais**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** censo agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 maio 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diferença entre módulo rural e módulo fiscal.** 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal>>. Acesso em 27 jun. 2016.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho. In: ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro; SALGADO, Judith; VALLADARES, Lola (Org.). **El género en el derecho:** ensayos críticos. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2009. p. 103-133.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **A Agricultura familiar:** comparação internacional. v. 1. Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura familiar:** comparação internacional. v. 2. Do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LANDAU, Elena Charlotte et al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil.** Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16, v. 3, p. 871-887, set./dez. 2010.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas:** do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

\_\_\_\_\_. Os aspectos jurídico-políticos da reforma agrária no Brasil. In: SEVERI, Fabiana C.; ANDRADE JÚNIOR, José R. P.; SILVA, Ana Paula S. (Org.). **O agrário e o ambiental no século XXI:** estudos e reflexões sobre a reforma agrária. Curitiba: CRV, 2013. p. 43-55.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-87.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA-NEAD, 2006. p.47-87.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira – PE**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: teoria política feminista, hoje. In: \_\_\_\_\_. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 7-54.

MINAYO, Maria Cecília S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 265-283.

MULLER, Laudemir; SANCHES, Adoniram. El desarrollo de políticas públicas para fortalecer la agricultura familiar: La experiencia de Brasil. In: FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de Política**. Santiago: FAO, 2014. p. 423-444.

MUÑIZ ESPADA, Esther. Diversos métodos jurídicos en la consecución del desarrollo rural. In: VATTIER FUENZALIDA, Carlos; ROMÁN PEREZ, Raquel de. **El desarrollo rural en la Política Agrícola Común 2014-2020**. Pamplona: Aranzadi, 2012. p. 93-112.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (Org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 185-209.

\_\_\_\_\_; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Texto para discussão n. 42. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

\_\_\_\_\_. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v. 2. Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 303-323.

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (Org.). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p. 41-118.

\_\_\_\_\_. Gênero e agricultura familiar a partir de muitas vozes: síntese do debate da Oficina e do Seminário Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam et al (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998b. p. 54-66.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam et al (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998a. p. 15-27.

OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: RUIZ, Alicia E. C. (Org.). **La identidad femenina y el discurso del derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 25-43.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. 1979. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006\\_CEDAW\\_portugues.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/11/SPM2006_CEDAW_portugues.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2016.

OSORIO HERNÁNDEZ, Carmen. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?**. 2009. 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE, Miriam et al (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998a. p. 45-53.

PEREIRA, Mayara Luiza. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) como Instrumento de Consagração da Agroecologia nas Políticas Públicas. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA: RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS: O BRASIL NA PERSPECTIVA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**. 6., 2015, Curitiba.

PINO, Nádía Perez. A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 7-42.

RAMOS, Simone Y.; MARTHA JUNIOR, Geraldo B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2010.

RUIZ, Alicia E. C. De cómo el derecho nos hace mujeres y hombres. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 36, p. 7-15. 2001.

\_\_\_\_\_. Apresentação: de las mujeres y el derecho. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **La identidad femenina y el discurso del derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000a. p. 9-23.

\_\_\_\_\_. La construcción jurídica de la subjetividad no es ajena a las mujeres. In: BIRGIN, Haydée (Org.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000b. p. 19-29.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 35-42

\_\_\_\_\_. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino. Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia. 7., 2011, Fortaleza. **Resumos...** Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, dez. 2011.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACÊDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Org.). **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2011. p. 33-48.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, Emma. Projetos de desenvolvimento e a valorização da agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam et al (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. p. 9-14.

\_\_\_\_\_; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011. p. 153-191.

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. **Marcha das margaridas**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65-76.

SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In: BIRGIN, Haydée (Org.). **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 31-71.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113-126.

SOUZA, Regina Maria. Agricultura e classe trabalhadora no Brasil. In: SILVEIRA, Ubaldo (Org.). **Trabalho, ética e sociedade: reflexões sociais, éticas e agrárias na contemporaneidade**. Franca: UNESP-FHDSS: CEPEER; Bauru: Canal 6, 2009. p. 13-27.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (des)envolvimento do Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses**. 2013. 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

TRENTINI, Flavia. **Denominação de origem: elemento fundamental às atuais empresas rurais**. 2006. 356 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WATANABE, Kássia; SCHMIDT, Carla Maria. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/930.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ZANI, Felipe Barbosa; COSTA, Frederico Lustosa da. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - novas perspectivas de análise. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 889-912, Ago. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122014000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000400005)>. Acesso em: 20 out. 2015.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2008.